

Relato de Experiências Docente em educação em direitos humanos na Unidade de Custódia e Reinserção de Mosqueiro – UCRMO/Belém-PA.

PASSOS, K. R. C. dos¹

Palavra-chave: – Educação. Pedagogia. Experiência docente. Estatuto da Criança e do Adolescente. Direitos Humanos. Pessoas Privadas de Liberdade

Este texto tem o objetivo de apresentar uma discussão sobre duas importantes legislações para garantia de direitos, a saber: a Declaração de Direitos Humanos e o Estatuto da Criança e do Adolescente. A partir de uma experiência docente, desenvolvida no ano Letivo de 2013, com estudantes em situação de privação de liberdade, em uma turma da segunda etapa das Séries Iniciais da Educação de Jovens e Adultos – EJA, na Unidade de Custódia e Reinserção da Ilha de Mosqueiro (UCRMO) Belém/Pará. Naquele ano, atuei como professora de Séries Iniciais na referida unidade, com uma proposta de Educação Crítica, buscando primeiramente, construir reflexões a partir das vivências dos estudantes. Conduzi atividades voltadas à narração de memórias por parte dos mesmos, na qual notamos que todos eles haviam passado por situações de abandono escolar e trabalho infantil. Com isso pontuamos que as situações são violações encontradas no Estatuto da Criança e do Adolescente. Além desta atividade realizamos a leitura de uma cartilha dos direitos humanos para assim, explicar que todas as pessoas necessitam entender o porquê e para que as legislações estudadas são construídas.

Em uma atividade de exibição do filme “Cinzas da Guerra”, que propus para contextualizar a Promulgação da Declaração dos Direitos Humanos após a segunda guerra mundial, notei que os estudantes desconheciam a utilização das câmaras de gás e a incineração de corpos, de maneira que, apresentar tais fatos históricos, além de contribuir com seus conhecimentos, possibilita na construção de uma conduta consciente perante seus próprios direitos enquanto detentos. Tal reflexão se mostrou pertinente, pois após a aula aconteceu um fato relevante: um estudante questionou a qualidade da alimentação servida na Unidade Penal, o que resultou em sua transferência para outra unidade. Este gesto por parte do estudante pode ser entendido como uma forma de requisitar seus direitos, e o resultado, como uma reação de ajuste às regras, por parte da instituição para garantir que não houvesse mais questionamentos de outras pessoas privadas de liberdade (PPLs).

Ao fazer o curso de formação “Educação democrática e enfrentamento às violências”, pude olhar para esta experiência como uma ação inspiradora. Pois mesmo diante das dificuldades enfrentadas, ao me posicionar frente às situações de violação de direitos dos estudantes PPL, por duas vezes fui vítima de retaliações com a tentativa de remoção de minha lotação na oferta de EJA nas Unidades Penais. Na prática tanto eu quanto o estudante que questionou a alimentação, somos pessoas que não se adequam, e portanto, “convidadas a se retirar”. Por conta das retaliações adoeci fui readaptada definitivamente sendo afastada da sala de aula. No curso pude perceber que há muito que fazer para a construção de uma Educação Democrática e que o meu sofrimento é igual a de tantos outros professores que se posicionam criticamente em defesa de direitos dos estudantes.

Através do curso, pude implementar uma mudança consciente na minha proposta didática junto aos professores no meu trabalho como Coordenadora Pedagógica: começar o trabalho na sala de aula com uma consulta aos estudantes sobre o que eles gostariam de conhecer. Esta prática tem a intencionalidade de possibilitar o “poder de propor”, promover autonomia, debater e poder exercer a criatividade, que são uma forma de “subversão” da ordem imposta. Pois, no ambiente prisional, fora da sala de aula, estas possibilidades são entendidas como situações inadequadas e que podem gerar algum tipo de punição.

A Lei de Diretrizes Básicas aponta que devemos educar para a cidadania, no entanto, há várias concepções pedagógicas e práticas conteudistas de educação. Seguimos, sem acesso a formações que possibilitem aprofundamento formativo dentro de uma perspectiva crítica. Uma formação específica em Direitos Humanos ainda não foi implementada na formação docente do Estado do Pará. No entanto, com base nas experiências acima citadas, considero que desenvolvi uma educação em Direitos Humanos, visto que, a reflexão sobre as condições sociais das famílias dos estudantes, enquanto um fator que contribuiu para a situação de privação de cada um deles, foi alcançada através das atividades entorno de suas experiências e o diálogo com o Estatuto da Criança e Adolescente e a Declaração dos Direitos Humanos, foi o que qualificou o discurso deles a respeito de seus deveres e direitos.